

Senadores buscam ainda agilizar as votações

27 JUN

1985

por Márcio Chaer
de Brasília

Com quase trezentas proposições prontas para serem votadas, o Senado, neste semestre, só conseguiu votar nove projetos em suas sessões ordinárias. A razão principal para este fato, ao lado da costumeira falta de quórum na casa, foram os 39 pedidos de verificação de quórum em sessões deliberativas, que as obstruíram.

A maioria, ou 28 dessas obstruções, foi promovida pelos senadores potiguares Martins Filho do PMDB e Moacir Duarte do PDS. A razão: impedir a aprovação para que o governador de seu estado, José Agripino Maia, contrate um empréstimo externo de US\$ 50 milhões.

Martins Filho dá sua versão: "Só estou procurando fazer com que o governo apresente seu plano de aplicação para essa verba e nos apresente a prestação de contas para os US\$ 60 milhões do empréstimo anterior, que não nos consta terem sido aplicados conforme o plano original". O senador explica ainda que faz questão desses esclarecimentos, nas suas palavras, "para podermos defendê-lo e ao seu governo aqui no Senado".

Com isso, a alternativa, desde 1º de abril passado, tem sido a de se recorrer às sessões extraordinárias, onde se conseguiu votar 55 matérias. Quase todas, porém, não polêmicas, ou seja, de pequena expressão, uma vez que esse tipo de questão partidária e regional é comum. No caso do senador Fábio Lucena (PMDB-AM), por exemplo, para que seu projeto — que restabelece a constitucionalidade a 22 municípios amazonenses, assim considerados no final do governo Figueiredo —, fosse sancionado pelo presidente Sarney, ele simplesmente obstruiu a aprovação da licença para a visita presidencial ao Uruguai em agosto. A mensagem acabou sendo aprovada, finalmente, por apenas um voto de diferença.

Para recuperar o seu atraso legislativo, o Senado programou-se para funcionar até domingo. Nesta semana, pretende-se aprovar o reajuste de vencimentos de servidores civis e militares, a antecipação de recolhimento do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, a indenização aos ministros de Estado (aumento de salário) e, entre outras, a proposição que regulamenta as eleições desse ano.

GZETTA MERCANTIL